

Notas sobre representações das águas: caso dos camponeses das Minas Gerais

Notes on Representations of Water: The Case of Peasants in Minas Gerais

Marcos Lobato Martins

UFVJM

<https://orcid.org/0000-0002-0044-8214>

marcos.lobato@ufvjm.edu.br

Resumo

Este artigo analisa aspectos do imaginário ocidental sobre a água, enfatizando as imagens e representações de camponeses que habitam Minas Gerais. Identifica algumas categorias tradicionais referentes às águas, as ideias dos camponeses e as normas costumeiras sobre o acesso e o uso desse recurso. Também são indicados desafios que estas representações impõem às políticas públicas preservacionistas e à ação das agências governamentais.

Palavras-chave: Água; Representações tradicionais; Camponeses; Minas Gerais.

Abstract

This article analyzes aspects of western imaginary about water, emphasizing the images and representations of the peasants that inhabit Minas Gerais. It identifies some traditional categories relating to water, the peasants' ideas and the usual norms about access and use of this resource. Also are indicated challenges that these representations impose for public policies and government agencies actions.

Keywords: Water; Traditional representations; Peasants; Minas Gerais.

Enxergar longe é o devaneio do camponês.
(Georges Sand, *La Valeé Noire*)

A primeira lição de Geografia de que me lembro foi sobre água. Água salgada, água do mar. O professor disse, para garotos que viviam a centenas de quilômetros do litoral, que sequer tinham visto o mar, que há muita água no planeta. Três quartos de água, um quarto apenas de terra. Mostrou um planisfério dominado pelo azul para provar sua

palavra. Apontou com o dedo onde estávamos. Todos entenderam: vivíamos num mundo de água salgada ao redor de continentes e ilhas à beira do afogamento. Fiquei com medo de invasão do mar. A água grande do mar tornou-se, para mim, desde então, potência de puro espanto, símbolo de força descomunal, de natureza imprevisível.

Mas, em seguida, o professor de Geografia falou da água doce e de sua escassez. Água de rios, ribeirões e lagoas. Realidade mais familiar para quem morava às margens do Ribeirão da Mata e aprendeu a nadar na praia minúscula que o Ribeirão das Neves formava, numa curva para a esquerda, bem debaixo da ponte da Fazenda Modelo, na periferia da cidade de Pedro Leopoldo (MG). Água doce que mata a sede, irriga plantações, serve aos trabalhos domésticos e à produção industrial. Água doce que também esconde perigos: os afogamentos na Cachoeira do Urubu, cujas histórias eram contadas detalhadamente nas esquinas da cidade; as doenças apanhadas por quem se atrevia a nadar no açude à montante da Cachoeira das Três Moças; a esquistossomose na Lagoa dos Mares; as *blitze* da Polícia Florestal na Lagoa do Sumidouro, que tinham a fama de prender pescadores e banhistas. Tudo isso era parte de minha infância.

Meu pai, engenheiro formado no tempo da Segunda Guerra, ensinava que a água era solvente universal. Discorria sobre a construção de represas e pontes, com a satisfação de quem submete adversário temido. Alertava para os erros cometidos pelas cidades na convivência com rios e chuvas. E ralhava com os filhos ao vê-los beber água de torneira ou das bicas na periferia da cidade.

Com o passar dos anos, as viagens pela antiga Estrada de Ferro Central do Brasil, de Pedro Leopoldo a Corinto, me apresentaram as longas estiagens e os rios intermitentes. Vi cacimbas exaustas, gado prostrado ao redor de poças rasas de água esverdeada, mais lodo que água. Cruzei paisagens secas cuja crueza ultrapassava enormemente o impacto provocado pelas fotografias dos manuais escolares de Geografia, nos capítulos que tratavam do semiárido e da caatinga. Observei ainda as chuvas torrenciais e as inundações que cobriam os pontilhões da ferrovia, arrastavam animais, árvores e até pessoas. As águas do sertão eram traiçoeiras – diziam os velhos trabalhadores da Central. De fato, da aridez se chegava à umidade extrema, à inundação imensa, apenas num salto. De modo que se devia saber compreender os sinais dos ribeirões e dos céus, do contrário a vida correria risco. Cautela que convém manter também no alto da serra, quando se está próximo do leito encaixado dos córregos e rios que descem montanhas.

Todavia, nesta época, o que me afligia era pensar na seca. O problema da água era simplesmente o problema de sua disponibilidade no sertão.

Muitos anos depois, já morando em Diamantina, aprendi mais alguma coisa sobre a água doce. Nas águas geladas e cristalinas de miúdos afluentes do Jequitinhonha, abri os olhos para ver coisas novas. Aprendi com garimpeiros e camponeses a dar para cada coisa um nome, um nome novo, que desvela sentidos próprios. Comecei a ver tudo novo, apesar de minhas vistas cansadas. A água doce é um mundo espaçoso, espesso, que se deve adentrar aos poucos. A água é do tamanho do imaginário social das comunidades e sociedades.

Mas não é fácil compreender esta realidade. De tão essencial à vida humana, a água é imediata e diretamente incorporada à cultura das comunidades. Os múltiplos significados e símbolos referentes à água tornam-se imperceptíveis, uma espécie de “segunda natureza” colada à superfície do cotidiano, o que dificulta apreender as dimensões simbólicas envolvidas na captação, distribuição e consumo desse recurso no interior das comunidades. Porém, a água, além de boa para beber e refrescar, é boa para pensar. Ela diz muito sobre as concepções das populações, suas relações sociais e representações coletivas.

1.1. Os diversos tipos de água

Sobre a face da Terra ou noutro canto qualquer do universo, a água é a mesma substância formada de hidrogênio e oxigênio, numa proporção invariável. É o que ensina a Química, e o que acreditamos verdade a maior parte do tempo. Até que precisamos olhar essa substância de perto, empregá-la para satisfazer alguma necessidade ou relaxar os nervos. Então, a água se torna tão diversa como diferentes são as pessoas, ou melhor, as sociedades nas quais vivem as pessoas.

Para os matutos espalhados no interior de Minas Gerais, existe água dura e água mole. Água grande e água fina. Água de pedra e água de lama. Água corrente e água parada. E todos esses tipos comportam numerosas variações, porque entre o preto e o branco há muitos matizes. Perceber as diferenças exige aprendizado paciente, que não ocorre sem a disposição de ouvir as gentes do interior. Atente-se, por exemplo, ao que se pode ler no poema “Aventura sem caça ou pesca”, de João Cabral de Melo Neto:

O Parnamirim com sua lama,/ e mais lama que rio ele é,/ limitava o quintal do fundo/ (até lá alcançava a maré)/ (...) Explorar o Paramirim,/ leito de lama quase pez,/ era aventura de um menino/ (...) Pelo leito sensual e morno, no andar de andar em massapé,/ quando o riacho é só de lama/ e já não o emprenha a maré,/ à procura de caranguejos,/ em caçada ou pesca, não sei, ia ter ao vão de uma porta,/ o arco da Ponte do Vintém./ (...) Mas havia o andar pela lama,/ amor e medo, pedra e mel,/ e era o fim mesmo da aventura/ esse andar na lama: ela tem/ carinho de carne de coxa/ e das mucosas que contém,/ certa textura feminina, acolhimento de mulher,/ e certa qualidade viva/ que a faz lasciva para o pé./ (...) Eis que enfim o Capibaribe/ e a porta ou Ponte do Vintém;/ eis que se acaba a caça ou pesca,/ (...) A grande aventura se acaba/ onde o Parnamirim também:/ o riacho, na porta da Ponte,/ entra o rio-mor, João-ninguém,/ e o aventureiro que o viaja/ no leito dele e sua mulher,/ se escorre, que o Capibaribe/ é por ali de amplas marés (Melo Neto, 1988, p. 24-26).

O poeta diferencia os cursos de água por características culturais, históricas, ditadas pelos distintos modos das pessoas se relacionarem com as águas, num determinado tempo e lugar. O Capibaribe é largo, macho, definitivamente inadequado para as brincadeiras de crianças. O Parnamirim, ao contrário, é estreito, fêmea, carinhoso com os meninos. Os moradores sabem as diferenças entre os corpos d'água de sua região, nomeando-as com termos específicos. Devemos entender essas classificações e analisar suas implicações político-culturais.

Tarefas que não são mais exclusivas das Ciências Sociais e da História, embora lhes caiba preferencialmente por causa da tradição. Exploremos esta senda alguns metros que seja, a fim de intuir as surpresas que ela guarda.

1.2. Água que é pureza

Inúmeras culturas fizeram da água símbolo de pureza e instrumento de purificação. Nossa sociedade moderna, midiática e consumista, potencializou ao extremo esse valor da água. Basta examinar a publicidade, que atribui à água poderes mágicos de purificar, limpar, rejuvenescer, refrescar, de promover a vida saudável. Quanto mais água no condomínio fechado, no *resort* ou no *spa*, maior o apelo e o preço de mercado que moradores e clientes aceitam pagar. Nas peças publicitárias, a água – seja o mar, a piscina ou a lagoa – transfere para a mercadoria dons de leveza e pureza, qualidades que têm preço de ouro. Mulheres esculturais, em banheiros que parecem existir apenas em mansões bilionárias, lavam suas peles em água límpida enquanto propagandeiam os

efeitos de sabonetes, cremes e xampus. A água está lá, cristalina e farta, deslocando representações há séculos adormecidas no imaginário dos povos.

Como a lenda das mouras-encantadas que os portugueses assimilaram dos sarracenos. As nereidas mouriscas de que fala Gilberto Freyre (2006, p. 71), “tipo delicioso de mulher morena e de olhos pretos, envolta em misticismo sexual”. Mulheres vestidas de encarnado, sensualmente espichadas à beira da água, penteando os cabelos ou banhando-se nos rios ou na bica das fontes. Lindas, cheias de carne, doidas para refrescar sua ardente nudez e, por isso, capazes de enlouquecer homens gulosos de mulher.

O publicitário sabe manejar estas representações. Ele conhece a força da água corrente como símbolo de purificação. No Oriente e no Ocidente, no passado e no presente, a água limpa mais limpo. E quem não deseja ficar limpo? Para o Cristianismo, um dos significados sagrados da água é justamente a purificação do espírito. O espírito do fiel ou do gentio que se converte é lavado com água, especialmente no batismo. O mesmo ocorre entre os hindus, que devem entrar nas águas do Ganges periodicamente. Também os muçulmanos acreditam no valor de purificação da água, o que se infere do poema “A água da areia”, de João Cabral de Melo Neto (1988, p. 127): “Podem a ablução, os muçulmanos,/ com areia, se não têm água;/ fazem da areia um outro líquido,/ eficaz igual no que lava.// A areia pode lavar neles/ qualquer espécie de pecado;/ na ablução ela flui como água,/ dissolve o mal mais empedrado”.

A água cura até mesmo os doentes, quando investida da força da fé. A cura de Naamã por intermediação do Profeta Eliseu é narrativa emblemática. Naamã, general do exército sírio, era homem valente, mas leproso. Ficou sabendo por uma escrava israelita que poderia ser curado por um profeta residente em Samaria, de nome Eliseu. Naamã seguiu para lá e, diante da porta do profeta, ouviu a ordem dada por um mensageiro: “Vai, lava-te sete vezes no Jordão e tua carne ficará limpa”. Irritado pelo que considerou recepção indigna, o general afastou-se indócil, dizendo: “Porventura os rios de Damasco, o Abana e o Farfar, não são melhores que todas as águas de Israel? Não me poderia eu lavar neles e ficar limpo?”. Debaixo da insistência de seus servos, o general acabou cumprindo a ordem de Eliseu e “sua carne tornou-se tenra como a de uma criança” (*Bíblia Sagrada*. II Reis 5, Cura de Naamã). Como se sabe, o rio Jordão é uma nesguinha de água.

No imaginário judaico-cristão, a água que purifica é, geralmente, um fio de água limpa, como a que o padre verte sobre a fronte da criança. A água que apenas limpa, essa sim, pode ser a água grande, caudalosa, volumosa. Sua correnteza retira para longe os detritos, as imundícies, as carcaças dos bichos mortos. A chuva grossa, intensa, torrencial, tem a mesma função. A água grande, como dizia meu pai, lava a superfície do mundo, em especial as ruas das cidades. Mas somente a água fina depura as almas. Nas palavras do poeta, no poema “Momento”: “Nesta hora humilde, Senhor,/ é em vão que procuro em mim/ todos os vestígios de minha loucura./ Os caminhos voltaram a ser tranquilos e luminosos.// Olha como esta água é pura” (Moura, 2002, p. 72). A água fina, pura, cristalina, é elemento que participa das manifestações de religiosidade e do êxtase místico. A benção de fiéis e de seus bens materiais exige a aspersão de água benta pelo padre. A paz de alma é embalada pelo movimento e pelo som da água fina, que assobia entre pedras.

Por isso, o Paraíso é um jardim cortado por regatos cheios de curvas e requebros. Há riosinhos de água doce, de leite e de mel na morada do Senhor. A iconografia renascentista não deixa dúvidas: o Céu é semelhante aos campos bucólicos dos arcades. Nele, as almas boas se refrescam em águas finas, mais agradáveis ao tato do que qualquer seda chinesa.

Estas representações da água fina purificadora, medicinal, deram forma às ações do governo provincial mineiro no que tange ao aproveitamento das estâncias hidrominerais do Sul. Isto fica patente no ofício do Presidente Antônio Luiz Affonso de Carvalho em que ele se queixa do abandono do balneário de Caxambu, determinando várias providências para corrigir a situação. No documento, pode-se ler:

Possui a província três estabelecimentos balneários: 1º o das águas termais de Caldas; 2º o das águas virtuosas do Lambari na Campanha; 3º o das águas de Caxambu em Baependi. (...) A província, para aproveitar o precioso tesouro de diversas fontes medicinais (...), tão afamadas e cada vez mais procuradas por numerosa concorrência, gastou avultadas somas com o encanamento e divisão das águas, conforme sua natureza especial, e com a construção de elegantes chalés para abrigo das fontes e cômodos dos visitantes enfermos (Minas Gerais, 1871, p. 105-106).

Nas estâncias, o governo provincial esforçou-se para planejar o espaço urbano, desenhando os arruamentos e os lotes, fixando o lugar e o número de igrejas, escolas,

praças e prédios públicos, preocupando-se com a limpeza e a capina das ruas, fontes, dutos, valas e com a manutenção de estradas e pontes, inclusive empregando zeladores para conservação e asseio das instalações dos balneários. A disposição do governo era a de embelezar os terrenos de águas minerais, por meio do “plantio de árvores que concorrerão para a manutenção das vertentes, [e] jardins para seu aformosamento”. Transformar vilas em “hidrópolis”, centros difusores de hábitos saudáveis e civilizados, com base no poder de cura das águas minerais. Os parques de águas deviam ficar bonitos e aprazíveis, tanto para os doentes que os procurassem quanto para o lazer dos moradores, em todas as estações do ano.

Todavia, a água símbolo de pureza e instrumento de purificação é tão-somente uma espécie de água. Há outros tipos no intrincado imaginário dos povos.

1.3. Água que é medo e mistério

Se a água fina signo de pureza deve ser venerada, a água que representa medo e mistério merece ser esconjurada. Esse tipo diferente de água é, geralmente, associado à água grande – os rios-mares e os oceanos.

Aqui, a referência clássica inescapável é o retorno de Ulisses para a ilha de Ítaca após a vitória grega na guerra contra Tróia. Viagem imensa, tanto na duração de dez anos quanto na sucessão de lugares estranhos que os navios e os homens de Ulisses encontraram. A água grande – no caso, o Mediterrâneo – escondia terras onde as pessoas comiam flores de lótus, ficando inebriadas de felicidade, ilhas habitadas por ciclopes, o reino dos gigantes lestrigões, a ilha Eéia (morada da feiticeira Circe, que transformava marinheiros em leões, lobos e porcos), a ilha das sereias (monstros marinhos que possuíam metade do corpo em forma de mulher e a outra metade em forma de ave) e a ilha Ogígia, casa de Calipso, a ninfa de belas tranças (Homero, 2003). O mar, na sua imensidão, é símbolo de mistério e perigo, simultaneamente. Percorrê-lo custou altíssimo preço a Ulisses: a morte de todos os seus companheiros e o longo afastamento da mulher e do filho.

Entre os hebreus antigos, o mar era o símbolo do caos, lugar habitado por grandes monstros – o Leviatã e o peixe descomunal que engoliu Jonas. Daí porque, no Livro das Revelações, o mar se torna um grande cristal como sinal da vitória sobre o caos (*Bíblia Sagrada*. Apocalipse 4.6). No imaginário medieval europeu, pouca coisa mudou de

figura. A água grande dos oceanos continuou abrigando monstros pavorosos, capazes de engolir uma caravela num único bote. Lendas e histórias fantásticas sobre os perigos do oceano foram obstáculos ao início da expansão marítima européia. O “mar tenebroso” era morada de serpentes aladas, dragões, baleias e escondia cachoeiras e sorvedouros. Dele, o que todos sabiam, principalmente as mulheres, é que “o mar levava os homens para muito longe. Voltavam alguns, quando voltavam, e outros desapareciam como se morressem. (...) Os navios, porém, levavam os homens sem que ninguém os prendesse. Tinham que ir e iam como enfeitiçados” (Adonias Filho, 1997, p. 17).

De certa maneira, o maravilhoso associado ao mar-oceano foi transposto pelas populações coloniais para os rios-mares da América, como o Amazonas. A água doce grande também virou lugar de mistérios e perigos. Nela vivem monstros, entidades diabólicas, caboclos e mães d’água. O caboclo d’água é ser troncado e musculoso, com pele cor de bronze e um único grande olho na testa, que se compraz em assombrar pescadores e navegantes, chegando a virar e afundar embarcações. Já as mães d’água, tapuinhas gordas de cabelo derramado da cintura para cima, e peixe da cintura para baixo, cavam buracões debaixo da superfície do rio, bem nas beiradas, enquanto cantam. Aparecem de noite e pegam gente, levando para o fundo do rio. No Amazonas, a mãe d’água recebe o nome de Uiara. No rio São Francisco, as carrancas presas nas quilhas dos barcos têm justamente a função de afastar esses perigos (Dumont, 1998).

Vale lembrar que, aos paulistas do século XVI, a água grande do rio Tietê que precipitava em grandes saltos produzia pavor de cair, de perder o tino, de desorientação. Havia a lenda de que o reboar altíssimo das águas sobre as pedras, além de ensurdecer o homem, fazia desnortear o sertanejo e lhe retirava a terra sob os pés. Conforme Teodoro Sampaio, “das águas do Grão-Paraguai, lá no íntimo dos sertões, corria a fama de que, precipitando-se em formidanda catadupa, com espantoso estrondo, faziam tremer a terra e perder o tino ao vivente que do espaço o ouvia” (Sampaio, 1899). Por outro lado, entre os envolvidos com o comércio fluvial do Cuiabá no século XVIII, analisado por Sérgio Buarque de Holanda, as longas viagens de canoa pelos grandes rios do Planalto Central ocorriam sob medos diversos: o medo inspirado pelas cachoeiras, pelos índios bravios e suas frechadas certeiras, pelos naufrágios e pelo “minhocão” – uma entidade monstruosa que encarnava todas as forças hostis da natureza. Por isso, as monções tinham início com a “cerimônia da bênção das canoas,

em Ararituaba, quando o padre implorava para os navegantes a mesma proteção divina, outrora dispensada a Noé sobre as águas do Dilúvio ou ao apóstolo Pedro sobre as do mar” (Holanda, 1976, p. 75).

O mar-oceano e o rio largo são espaços de imprevisibilidade, cuja travessia põe em movimento noções ancestrais terríveis. Frei Apolinário da Conceição, autor da *Viagem devota, e feliz...*, livro de 1786 que ensinava aos marinheiros orações dedicadas à Virgem Maria e exercícios espirituais adaptados à rotina em alto-mar, compara a navegação transoceânica com a passagem para a vida eterna, já que ambas seriam plenas de perigos e exigiriam coragem, disciplina e muita fé (Conceição, 1746). A morte em naufrágios é odiosa. Assim como a morte que advém dos flagelos que espreitam os marinheiros e viajantes em longas viagens pela água. Não raro, as naus são representadas como túmulos – “meu Senhor dos Navegantes, venha me valê!” A navegação através da água grande é batalha contra a fúria das ondas e dos ventos, luta contra as tempestades, exasperação nas calmarias, prova de capacidade de manter o norte, sem se desviar. A água grande, que separa as duas margens da civilização, para ser atravessada não raro exige dos viajantes que abandonem as normas da vida moral e legal. A água grande incita motins, desperta instintos primitivos.

Ela, porque é natureza pura, signo de perigo e ambiguidade, não deve acolher mulheres. Nos oceanos e rios-mares podem se aventurar aqueles que são fortes, isto é, os homens. A interdição das mulheres nas tripulações que singravam as águas grandes nas sociedades tradicionais é comum, configurando também uma precaução contra o “mau agouro”. Convinha que as mulheres ficassem fora das canoas, barcos e águas caudalosas, até que a água grande fosse amansada, domesticada pelo trabalho e pela tecnologia. Interdição similar está presente em sociedades camponesas com relação ao “mato”, a floresta fechada e virgem (Woortmann; Woortmann, 1997, p. 136).

O “mar tenebroso” também era o espaço incógnito. Da mesma forma, a margem oposta do rio enorme esconde o desconhecido. A água grande traz insegurança e surpresa. Por ela pode chegar o “bárbaro”, um deus irado que anuncia nova idade do mundo, o cristão, o muçulmano, as canhoneiras inglesas. Tal como no poema de Emílio Moura (2002, p. 81):

A nau que chega do Além/ de onde é que vem?// Meus olhos
procuram no ar,/ penetram fundo nas ondas,/ mas fica a interrogação://

a nau que chega do Além,/ dizei-me vós, a que vem?/ Meu coração se consulta,/ penetra fundo em si mesmo,/ mas fica a interrogação:// a nau que chega do Além, dizei-me vós, a que vem?

Por outro lado, a água grande é meio para olvidar, desterrar os inimigos, lançar nossos mortos, romper com o passado. Quando desejou consertar o mundo que havia criado, corrompido pela sanha humana, Deus mandou sobre ele água grande – o dilúvio, chuva de quarenta dias e quarenta noites. O mito diluviano possui raízes mesopotâmicas e está presente em diversas culturas. Para começar vida nova, conforme suas crenças religiosas puritanas, os *Pilgrim Fathers*, em 1620, cruzaram o Atlântico no navio Mayflower e fundaram a América, nova terra da promessa. Viagem que para eles equivaleu à travessia do Mar Vermelho por Moisés, à frente dos hebreus que fugiam do Egito. O rompimento com o passado é representado como travessia penosa de largo corpo de água.

1.4. A água que é ícone de civilização

Quem não admira a Suíça, notabilizada outrora pela precisão dos relógios que fabricava e pelo fato de não possuir exército regular, por causa de sua condição de país neutro numa Europa traumatizada por guerras? Na infância, eu vi muitas embalagens metálicas de biscoitos e chocolates suíços estampadas com paisagens de aprazíveis fazendolas incrustadas nos Alpes. Uma casinha, vacas gordas, pasto verde e regato azul. Mais tarde, em casas simples do Vale do Jequitinhonha onde entrei para conversar com moradores, reencontrei imagens similares. Pinturas a óleo na parede da sala, mostrando um vale em algum lugar do norte, um firmamento azul celeste, folhas tão verdes de ciprestes, grama baixa na margem da estradinha, uma casinha perto da qual vacas pareciam espetadas e um riacho – fino, limpo, calmo. Essa é uma imagem poderosa e popular da civilização. A água está lá, como elemento destacado. Mas a água domada pela mão humana. A água domesticada, cujo fluxo o homem controla e coloca a seu serviço.

Nas comunidades rurais, nascentes e córregos são balizas importantes para a organização da sociedade e do sistema produtivo, a começar pelo seu papel de monta na sociabilidade, na formação de identidades, na localização dos moradores e na delimitação dos recortes territoriais. No Vale do Jequitinhonha, as propriedades campesinas distribuem-se pelas grotas obedecendo ao padrão das águas vertentes, que

propiciam hortas irrigadas. As águas vertentes, isto é, os caminhos naturais das nascentes e das enxurradas provocadas pelas chuvas, demarcam simbolicamente a distribuição (física e social) das famílias e grupos camponeses, indicando quais são os espaços “civilizados” pelo trabalho humano. Conforme Graziano e Graziano Neto (1983, p.91):

É esse ingrediente natural que define como será realizada uma partilha por herança. As partes a serem divididas, quando o são, obedecem ao traçado das águas vertentes, uma vez que sem água em seu terreno nenhuma unidade camponesa pode ter assegurada sua reprodução.

A água signo de civilização é o espelho d’água essencial na composição dos jardins majestosos e dos palácios. Marco Polo (1254-1324) ficou encantado com os palácios de Kublai Can, repletos de jardins entre riachos, cascatas e lagoas artificiais. A água nesses jardins canta as delícias do Paraíso, como argutamente percebeu o poeta Rilke (1994, p. 162):

Jardins existem plantados por reis/ que por um tempo ali se compraziam/ com raparigas que colhiam flores/ ao som de seus maravilhosos risos:/ velavam por esses calados parques,/ ciciavam qual brisa nos arbustos,/ rebrilhavam em veludos e peles,/ e a seda de suas roupas matinais/ sussurava nos seixos dos caminhos como um riacho.

Nos jardins, a água fina constrói simulacro do Paraíso. A água cenográfica, habitada por carpas coloridas e transposta por pontes de madeira em arco, contida por seixos bem encaixados aos pés de tufo de bambus, cerejeiras e templos budistas, exatamente como ainda existe nos antigos monumentos japoneses. Da mesma natureza são os lagos dos jardins de Versalhes, prontos para propiciar a nobres e damas o prazer de remar pequenas canoas enquanto conversavam. No centro do Parque Municipal de Belo Horizonte, ou do muito mais famoso *Central Park* nova-iorquino, a água domesticada na forma de lagos e fontes denota civilização. Ah, não se esqueça a Pampulha!

Assim também as represas de usinas hidrelétricas domesticam a água grande de rios. Nas margens de seus reservatórios, instalam-se hotéis caros e balneários freqüentados por gente bem de vida. A água domesticada e transformada em mercadoria pode ser a atração-âncora de requintado lançamento imobiliário, que é símbolo insuperável de civilização. A propósito desses lagos, criados pelos homens com aparência bela e

tranquila, destinados a descansar os habitantes das metrópoles, persiste um paradoxo: tanta beleza é como um espelho da morte. Eles simplificam a paisagem e geram perda da diversidade impressa nos terrenos que submergiram. Evocam trechos tristes do poema “Travessia”, de Sylvia Plath (2000, p. 67):

Lago negro, barco negro, duas pessoas de papel picado negro./ O que as árvores buscam de beber que não encontram aqui?/ (...) No rastro dos remos, mundos de gelo./ O espírito do negro está em nós, nos peixes./ Um tronco podre flutuando, pálido de adeus (...).

A água bravia, que desce corredeiras velozes, que rola violenta entre espartilhos de rocha, a água que brinca de pororoca ou a água que quebra nas falésias com estrondo, essa água não agrada aos homens civilizados. Eles preferem jardins com regatos calmos e lagos rasos e cristalinos. A água bravia do mar, revolta e ameaçadora, ficou contida nas telas da fase tardia de Joseph M. W. Turner (1775-1851), evocada pelos impressionistas. O rio imenso, por sua vez, é separação e barreira.

1.5. A água que é boa de beber

Habitantes das metrópoles tendem a pensar que água não poluída é água que as pessoas bebem de bom grado. Não se deveria alimentar essa certeza, porque ela não encontra respaldo no comportamento cotidiano de diversas comunidades interioranas. Para os camponeses, nem toda água é boa para beber.

A água grande, por exemplo, é tida como impura, de modo que não é boa para beber. Ademais, talvez porque carregue muita matéria orgânica, ela – dizem – tem gosto ruim. Ao banhar muitas partes do mundo, longínquas e desconhecidas, a água grande pode contaminar a alma e o corpo de quem a toca inadvertidamente. Por isso, os banhos nos rios grandes são precedidos de “pedidos de licença” para entrar na água e de curtas orações para proteger os banhistas. A água do rio grande só é usada na cozinha e para beber quando não há alternativa.

Também não é boa para beber a água empoçada, a água parada, a água velha. Os camponeses desconfiam dos reservatórios que retêm água muitos dias. Não parece ser algo que se atribua tão-somente à ignorância. Ao contrário, essa desconfiança remonta às raízes dos tempos. Está inscrita nos aforismos do “Visionário apocalíptico”, William Blake (2001, p. 25-29): “(...) A cisterna contém: a fonte transborda. (...) Da água

estagnada espera veneno. (...) O melhor vinho é o mais velho, a melhor água, a mais nova”. Essa desconfiança também habita a medicina antiga dos miasmas, relembra o pavor de gregos e romanos pelos pântanos e os esforços incomensuráveis de dezenas de povos para drenar os terrenos alagadiços.

Matar a sede humana requer, de preferência, a água fina, a água mineral que brota do basalto. A água que respeitosa preenche as fendas das rochas, como sangue que do coração vai pra toda parte do corpo da terra. Convém lembrar que, no deserto, Moisés fez jorrar água da pedra para saciar seu povo. A bica, a nascente ou rego d’água que corre encosta abaixo, entre árvores e pedras, fornece a água mais desejada. Essa é a água fina boa de beber. O manejo dela pelos vizinhos obedece a regras estritas e antigas, cuja observância é sinal de respeito e de pertencimento à comunidade. No sertão, violências e mortes resultam das desavenças sobre o acesso e o uso da água boa de beber.

Uma síntese destas representações sobre a água boa para beber pode ser encontrada nas entrevistas com velhos moradores de Fidalgo e Quinta do Sumidouro, localidades do município de Pedro Leopoldo (Viveiros; Martins, 2002). Em primeiro lugar, os antigos da região mantinham reservas quanto às águas dos rios caudalosos, no caso, o rio das Velhas. Consideravam-nas de qualidade imprópria, porque água grande é água suja. O rio, conforme os velhos depoentes, reúne a sujeira de muitos e a transporta. A impureza resultante da lavagem de roupas, dos excrementos das criações e das águas servidas das casas rurais e urbanas termina na água grande. Em segundo lugar, os mais velhos também diziam que a água parada não é água boa. A água das lagoas, açudes e barragens acumularia sujeira porque não circula, de maneira que decresce sua serventia. Os animais podem consumir a água parada, mas seu uso doméstico para beber, cozinhar e tomar banho não seria recomendável. Até mesmo para o regadio de hortas, as águas paradas despertavam repúdio entre os moradores mais velhos.

Por conseguinte, a água boa é a água fina, que circula fresca em fios delgados a partir de nascentes preservadas, com muito mato em volta, ou que surge debaixo de lajes de pedra. Esta água pura não deve ser represada pelos moradores e nem sujada por uso indevido. Ela deve circular pelas casas próximas, por meio de regos ou mangueiras de águas tiradas, levada para a cozinha e as sobras para as hortas e para as criações. Essa água fina é, para os velhos moradores, a preferida para beber e tomar banho.

Bem mais ao norte de Minas, no sertão da “Mata do Jaíba” (municípios de Varzelândia e São João da Ponte), percepções similares são encontradas entre moradores idosos da comunidade negra camponesa de Brejo dos Crioulos, situada à margem do Arapuim, afluente do rio Verde Grande. Nos núcleos populacionais da comunidade, que ocupam terrenos também de feição cárstica, avulta a oposição entre lagoas, de um lado, e “córregos de vestido” e “furados”, de outro lado. As lagoas servem para a plantação (roças na orla e nas partes secas na vazante), a pesca, a obtenção de barro (olaria e cerâmica) e a dessedentação de gado. Já os “córregos de vestido” (isto é, cercados por mata de paus grandes) e os “furados” (denominação regional das dolinas que recebem água dos olhos d’água, armazenam e soltam essa água para outras dolinas e rios) fornecem água para o preparo de comida, a lavagem de roupas e louças e o banho (Ferreira, 2006). Também no Brejo dos Crioulos, vemos operar categorias como água fina e água grande, água corrente e água parada, cujas determinações são intrinsecamente diferentes.

Todavia, nos domínios do carste de Lagoa Santa, onde estão situadas Fidalgo e Quinta do Sumidouro, os corpos de água corrente superficiais são escassos. As propriedades onde há nascentes ou que são atravessadas por córregos possuem, por isso mesmo, valores elevados. As cisternas e os poços, porém, estão por toda parte e são responsáveis pelo abastecimento da maioria da população. Isso implica que eles recebem cuidados especiais: são mantidos fora do alcance dos animais, protegidos das enxurradas e periodicamente limpados. Assim, as águas dos poços e cisternas são tidas como boas – até porque estão escondidas nas fendas das rochas sob o solo –, sendo tanto mais potáveis quanto mais distantes das várzeas, dos rios e das lagoas. Os vizinhos devem escolher adequadamente os locais de construção de suas casas, benfeitorias e poços/cisternas, de modo a não prejudicar o abastecimento de água um do outro.

Ora, isto traz à cena as normas comunitárias e tradicionais relativas ao acesso e uso da água. Essas normas têm escopo praticamente invariável por todo o interior de Minas Gerais, assentando-se sobre princípios amplamente aceitos. Elas estão baseadas nas ideias de que a água é direito de todos, que a água de nascentes e córregos deve circular livre de represamentos e de sujeira, que as matas-galerias (os capões) por onde escorre a água fina boa para beber são locais sagrados, no sentido de não poderem ser perturbados ou danificados, que as cisternas devem ficar distantes dos locais de disposição de lixo e

efluentes das casas e criações. Normas costumeiras que visam preservar o recurso, como também conter ameaças que podem esgarçar a sociabilidade nas comunidades rurais (Galizoni; Ribeiro, 2003). Não é por menos que uma grande proporção de conflitos sérios ou encaminhados à justiça começou por causa de divergências sobre o uso da água fina, concebida como patrimônio social.

Prova de quão delicada é a questão do uso deste tipo de água – de fonte, de córrego limpinho que corre escondido dentro do capão – é fornecida pelo documento transcrito abaixo, um acordo registrado em cartório na cidade sul-mineira de Alfenas, no limiar do século passado, por dois pequenos proprietários analfabetos:

Nós abaixo assinados declaramos que de acordo deliberamos relativamente à água de servidão de nossas moradas, que em presença das testemunhas, José Pereira de Souza e João Vicente Ferreira Martins, para repartirmos as águas das vertentes dos córregos Ribeirão dos Gomes e do Campo; para medirmos as ditas águas nas bicas do moinho e monjolo da antiga morada do finado João Gomes Ribeiro e repartirmos em três partes, sendo uma parte da dita água ao sócio João Batista Gomes Triste e as outras duas ficarão pertencendo ao sócio Francisco Antônio da Silva Gomes. Depois de medida as referidas bicas, faremos um registro e colocaremos no rego d'água que tem servidão a morada de João Batista Gomes Triste. Por ser este contrato de nossa livre e espontânea vontade, mandamos passar os presentes dois documentos de um só teor, que depois de ser lido e achar conforme assinamos. Fazenda dos Gomes, 24 de julho de 1907 (Documento lançado em 28 de janeiro de 1908 no Livro 2 de Registro de Títulos e Documentos, p. 39-40. Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Cartório Civil das Pessoas Jurídicas. Comarca de Alfenas, MG.).

Curiosamente, a burocracia e a solenidade da linguagem cartorária, contrastante com a condição simplória dos envolvidos, revestem de ainda maior gravidade o arranjo entre sócios e vizinhos quanto ao uso social da água, reiterando a vigência de normas costumeiras amplamente aceitas pelos camponeses.

2. Último gole ou fim do banho?

Acabou, por ora, o fôlego para seguir na senda das múltiplas e intrincadas representações tradicionais sobre a água. Como o barqueiro de músculos esgotados ao subir a correnteza, devemos parar para descansar na barranca, olhos postos no rio. Tomar do cantil e beber um gole de água fresca. Refrescar a goela e a cabeça. Fazer um balanço, ainda que provisório e precário.

Que se conclua logo o óbvio. Não existe água. Existem águas, como a água fina e a água grande, com qualidades de afeto diferentes. É necessário saber distingui-las para saber lidar com elas. Arriscamos, no Quadro 1 abaixo, sintetizar algumas distinções:

Quadro 1. Distinções tradicionais sobre as águas

<i>Água fina</i>	<i>Água grande</i>
Cristalina	Escura
Leve	Pesada
Vida	Morte
Aguada	Cloaca
Devaneios da tranquilidade	Medos do inconsciente
Compartilhamento	Solidão
Fluir vagarento	Correnteza impetuosa
Banho	Navegação
Local	Regional/Global

Fonte: Elaboração do autor.

Se essas representações têm validade, então elas são forças materiais. Como afirmou Marx em 1852, no *Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, isso significa que “a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”. Essas imagens sobre a água, que podem parecer impróprias e puníveis aos nossos olhos ambientalistas e aos olhos da lei recente, são, gostemos ou não, elementos ordenadores do mundo, de geração a geração. Princípios que possibilitaram a populações diversas realizar o gesto social de submissão da natureza. Tal verdade não pode ser desconsiderada nem pelos pesquisadores nem pelos *policy makers*. Ao contrário, cientistas, técnicos e gestores precisam compreender os pontos de vista dessas populações e os sentidos dados por elas à memória de seus primeiros feitos e dos de seus “antigos”.

O que se percebe nas falas de antigos moradores de Fidalgo e Quinta do Sumidouro é que eles tendem a enxergar de modo diferente das agências governamentais o problema da água e de sua escassez. As agências, preocupadas especialmente com o abastecimento urbano, privilegiam as grandes águas e pensam em termos de bacias hidrográficas. Os antigos moradores e suas comunidades priorizam as pequenas águas, isto é, nascentes, córregos e poços/cisternas, porque pensam que o rio grande e as lagoas são, por definição, sujos, menos prestáveis. Seu horizonte de cogitação no que se refere ao problema da água é local, comunitário. Assim, velhos moradores do carste veem sentido na preservação das matas em volta de nascentes e estão dispostos a manter

alguma cobertura vegetal em seus terrenos visando a alimentar cisternas. Contudo, eles têm dificuldade para compreender a ênfase dos técnicos governamentais na preservação de matas ciliares, várzeas de rios, margens de lagoas e topos de morros. Algo similar certamente ocorre no seio de outras populações rurais do vasto interior mineiro.

Três tarefas se apresentam. A primeira delas é mapear exaustivamente as representações populares e tradicionais sobre a água, identificando as categorias que as informam, seus lugares de vigência e, o que é muito importante, os modos de relacionamento que as inserem em tramas de saberes práticos. Compreender a gramática costumeira das relações entre as gentes e as águas. A segunda tarefa é dialogar com essas representações. Diálogo aberto, curioso, respeitoso, que de repente poderá levar o técnico ou cientista a aprender com o camponês, a lavadeira, o canoeiro, o barranqueiro, o pescador. Diálogo que se pretenderá de mão-dupla, transformador, mobilizador, engajado na construção de renovados saberes ambientais e de “éticas do ambiente” ancoradas nos valores, princípios, sensibilidades e códigos que caracterizam determinada população. A terceira tarefa é gerar democraticamente políticas públicas que, tomando por base o fundo cultural das comunidades, promovam o desenvolvimento socioespacial. Inclusive, e principalmente, no campo dos programas de educação ambiental.

Referências

Bíblia Pastoral. (2018). Paulus. São Paulo.

Blake, W. (2001). O matrimônio do Céu e do Inferno. O livro de Thel. Trad. José Antônio Arantes, 4 ed. Iluminuras. São Paulo.

Conceição, F. A. (1746). Viagem devota, e feliz, em que os Navegantes exercendo algumas devoções e percorrendo em coisas espirituais, que abonarão com vários exemplos, distribuirão o tempo, o que tudo se manifesta em diálogos. 2. ed. Oficina de José Antônio Plates. Lisboa.

Sávia, D. (1998). ABC do Rio São Francisco. 2 ed. Dimensão. Belo Horizonte.

Ferreira, S. R. B. (2006). Brejo dos Crioulos: saberes tradicionais e afirmação do território. **Geografias**, 1(2), p.58-77.

Filho, A. (1997). Luanda Beira Bahia. 15 ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

Freyre, G. (2006). Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. Global. São Paulo.

Galizoni, F. M.; Ribeiro, E. M. (2003). As águas da comunidade – representações simbólicas da água em populações rurais de diferentes regiões de Minas Gerais. **Anais do XLI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**.

Graziano, E.; Neto, F. G. (1983). As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. **Perspectivas**, 6, p. 85-100.

Holanda, S. B. (1976). Monções. 2 ed. Alfa-Ômega. São Paulo.

Homero. (2003). Odisséia. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Nova Cultural. São Paulo.

Neto, J. C. M. (1988). Museu de tudo e depois. 2 ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro.

Minas Gerais. (1871). Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Minas Gerais na sessão extraordinária de 2 de março de 1871 pelo presidente Dr. Antônio Luiz Affonso de Carvalho. Typ. de J. F. de Paula Castro. Ouro Preto.

Moura, E. (2002). Itinerário poético. 2 ed. Editora UFMG. Belo Horizonte.

Plath, S. (2000). Pela água. Trad. Maria de Lurdes Guimarães. Assíria & Alvim. Lisboa.

Rilke, R. M. (1994). O livro das horas. Trad. Geir Campos. 2 ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

Sampaio, T. (1899). São Paulo de Piratininga no fim do século XVI. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, IV.

Viveiros, E.; Martins, M. L. (2002). As paisagens, os recursos naturais e o modo de vida na região de Fidalgo e Sumidouro (1860-1930). **Revista de História**, 5, p.57-76. Cronos

Woortmann, K.; Woortmann, E. (1997). O trabalho da terra. EDUNB. Brasília.